

A Economia na Era Vargas

Por Marcillio André

Política Econômica Agrária

A crise internacional de 1929 atingiu em cheio a economia brasileira, baseada exclusivamente na exportação de produtos primários, principalmente o café, que teve seus estoques aumentados e os preços do produto em queda. Desta forma o Governo de Getúlio Vargas teve início enfrentando os problemas da superprodução do café, o esgotamento de recursos cambiais e a crise das finanças públicas.

Por pressão dos coronéis paulistas, Vargas criou em 1931 o Conselho Nacional do Café - CNC que implementou a "política de sustentação" através da compra e queima dos excedentes que estavam estocados em depósitos do Governo. A queima, logo de início de 17,2 milhões de sacas provocou a redução dos preços do produto no mercado internacional e a economia começou a se recuperar ainda em 1933, antes mesmo do que os Estados Unidos.

Vargas desejava evitar confronto com os plantadores de café, mas mesmo assim teve que enfrentar a oposição paulista com a Revolução Constitucionalista de 1932. Em 1933 o Conselho passou a ser o Departamento Nacional do Café – DNC, que ao final do Governo já era o Instituto Brasileiro do Café - IBC.

A "política de sustentação" adotada por Getúlio e pelo Ministro da Fazenda, o paulista José Maria Whitaker, foi baseada em três pontos:

- a compra de boa parte da safra de 1929/1930 com empréstimos de bancos ingleses, evitando que os cafeicultores falissem, porque se isto acontecesse pararia toda a economia do país que estava baseada no café e isto logicamente não interessava a ninguém, todos perderiam;
- o Governo passou a queimar parte do café, para desespero dos cafeicultores, desta forma entre 1931 e 1944 quando o Governo parou de destruir os estoques: as "quotas de sacrifício", foram incinerados 78,2 milhões de sacas de café. Esta providência pôs fim a queda desenfreada do preço do produto que pode ir se estabilizando no mercado internacional;
- paralelamente, o Governo lançou uma ofensiva comercial, vendendo café para novos países da Europa Central e assinou com os Estados Unidos um acordo, em 1935, com o qual eram mantidas as isenções de tarifa nas importações de café brasileiro.

Além destas medidas o Governo também reduziu o imposto de exportação do café.

O mercado internacional reagiu e as exportações subiram enquanto o preço descia, colocando o produto mais competitivo em relação ao de outros países: "Em 1937, 52% do total de café importado pelos Estados Unidos vinham do Brasil e este percentual aumentou para 61% às vésperas da guerra, em 1939."(1)

A recuperação foi necessária porque o país não podia prescindir de seu produto mais importante, que a despeito da industrialização por que o Brasil passou nas décadas de 1930 e 1940, continuou sendo o seu principal produto e a sustentação da economia do país até a década de 1950.

Outros produtos agrícolas relevantes no período foram: o cacau, ligado à economia regional da Bahia, mas que tinha expressão no mercado mundial e o algodão que teve aumento expressivo, entre 1934 e 1937, no comércio entre Brasil e Alemanha.

No quadro abaixo: Participação de Produtos Agrícolas no Total Exportado, 1924-1945 (%); pode se observar que o produto que tinha peso importante nas exportações do

Brasil era o café, a diferença para os demais era imensa. O país de fato precisava do café para a sustentação de sua economia.

Participação de Produtos Agrícolas no Total Exportado, 1924-1945 (%)

--- Períodos ---	--- Café ---	--- Cacau ---	Algodão	Couro e peles	Outros
1924-1929	72,5	3,3	1,9	4,5	17,8
1930-1933	69,1	3,5	1,4	4,3	21,7
1934-1939	47,8	4,3	17,6	4,4	28,9
1940-1945	32,5	3,2	9,1	3,6	51,6

Fonte: Villela, A. e Suzigan, W. 1973. Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira 1889-1945. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, pág. 70.(2)

Política Econômica Industrial

Apesar de o Governo Vargas ter equilibrado a situação do café no mercado internacional as dificuldades enfrentadas pelo setor agrícola conduziram o Governo a investir no desenvolvimento industrial como saída para a dependência externa e assim, de certa forma pode se dizer que a crise serviu de incentivo à industrialização.

O Governo procurou estimular o desenvolvimento das indústrias através de um sistema de substituição das importações que implicava no incentivo à utilização da capacidade ociosa das indústrias já existentes no país. A indústria têxtil e outras acabaram se beneficiando com os obstáculos colocados às importações de similares. Além disto, isenções foram criadas para exportações de bens de capital e as indústrias de base tiveram grande desenvolvimento.

Os industriais que haviam feito oposição ao Governo Vargas no seu início, acabaram se aproximando do poder. O boicote à Legislação Trabalhista, foi desaparecendo gradativamente ao longo da década de 30.

Taxas de Crescimento: Produção Industrial, PIB e Importação de Bens de Capital para a Indústria, 1911-1945 (%)

	Produção Industrial	Produto Interno Bruto PIB	Importação de Bens de Capital para a Indústria
1917-1919	3,6	-	-14,8
1920-1922	6,2	3,2	12,3
1923-1926	0	1,3	14,0
1927-1928	8,0	12,4	-7,2
1929-1932	0	0,3	-31,7
1933-1936	14,1	7,4	41,0
1937-1941	8,3	4,5	-5,5
1942-1945	4,3	1,8	-1,1

Fonte: Suzigan, W. 1973, Industrialização e Política Econômica: Uma Interpretação em Perspectiva Histórica in Pesquisa e Planejamento Econômico, vol5, n.2, 1975, pág. 472.

No quadro acima: Taxas de Crescimento: Produção Industrial, PIB e Importação de Bens de Capital para a Indústria, 1911-1945 (%), que mostra a taxa de crescimento entre 1917 e 1945, do início da I Guerra ao fim da II Guerra, pode se observar que existiram dois períodos de desenvolvimento pronunciado da produção industrial – 1927/1928 e 1933/1936, as taxas de produção industrial e do PIB evoluíram em ziguezague, o que demonstra o grau de instabilidade da economia.

O grande crescimento industrial de 1933 a 1936 – 14,1%, puxou o PIB para uma taxa de 7,4, diante do mau desempenho do período de 1929-1932, representa um salto bastante considerável. Neste período os setores industriais que mais se destacaram foram: têxtil, químico, de papel, cimento, aço e pneus.

Em dois momentos o PIB teve um declínio significativo: 1929-1932 e 1942-1945; declínio que pode se considerar ligado à queda de produção industrial e à desorganização trazida pela crise de 1929 e pela II Guerra. A coluna “Importações de Bens de Capital para a Indústria” mostra que a indústria se equipou para a fase de crescimento, assim na primeira metade da década de 1920 e no período de 1933-1936 a compra de equipamentos importados cresceu substancialmente.

Outras políticas que favoreceram o crescimento industrial foram: a regulamentação do trabalho pela Legislação Trabalhista, a regulamentação sindical e das leis previdenciárias e a organização corporativa da indústria abrindo espaço no Congresso e no Executivo para suas reivindicações.

Distribuição Setorial do PIB Brasileiro, 1910-1950(%)

-----Ano-----	Agricultura	Indústria	Serviços (*)
1910	35,8	14,0	50,2
1920	32,0	17,1	50,9
1930	30,6	16,5	52,9
1940	25,0	20,8	54,2
1950	24,3	24,1	51,6

(*) - Inclui Governo.

Fonte: Haddad, C.. Crescimento do Produto Real. Brasil 1900-

1947. Rio de Janeiro: FGV, 1978 e IBGE (1990). Estatísticas

Históricas do Brasil apud Abreu, M. e Vernes, D. (1997), pág. 26.

O terceiro quadro: Distribuição Setorial do PIB Brasileiro, 1910-1950 (%), mostra que o crescimento da indústria nos meados dos anos 30 vai se fazer sentir no PIB da década seguinte com o aumento da participação industrial crescendo para 20,8% e com o declínio da participação agrícola para 25%. No período de 1920 a 1940, ao declínio da participação agrícola correspondeu o aumento de participação industrial, que vai obter um equilíbrio na década de 1950.

O parque industrial brasileiro se centralizou no eixo Rio de Janeiro – São Paulo, que em 1949 detinha 65% do valor de transformação industrial do país.

O quarto quadro: Indústria e Transformação: Participação do Distrito Federal e dos Estados de São Paulo e do Rio De Janeiro no Valor de Transformação Industrial, para Anos Selecionados, 1919–1959 (%), mostra a centralização e também o declínio da participação do Distrito Federal e o aumento da participação de São Paulo ao longo do período de 1919 a 1959.

Indústria e Transformação: Participação do Distrito Federal e dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro no Valor de Transformação Industrial, para Anos Selecionados, 1919-1959 (%)

	** 1919 **	** 1939 **	** 1949 **	** 1959 **
Distrito Federal	20,1	19,9	14,2	10,4
Rio de Janeiro	7,5	5,6	6,4	7,2
São Paulo	32,2	40,7	48,8	55,5
Total Regional	59,8	66,2	64,4	73,1
Demais Estados	40,2	33,8	35,6	26,9

Fonte: IBGE. Censos 1920, 1940, 1950 e 1960. Apud Cano, Wilson. Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil (1930-1970). Campinas: Editora da Unicamp e Global Editora, 1985, pag. 104, Tabela 6.

A Segunda Guerra Mundial reduziu a oferta de artigos industrializados, isso obrigou a substituição destas importações, fomentando o desenvolvimento das indústrias locais.

Foi implementada ainda uma política de exploração das riquezas nacionais, com o Estado participando das atividades econômicas principalmente aquelas vitais que precisam de estímulo governamental para desenvolver-se, como: a siderurgia; a de petróleo e a de energia elétrica.

Na área petrolífera, em meados dos anos 1930 já se pensava no petróleo como fonte energética para a indústria. Entre 1935 e 1937 no Brasil, foram criadas 25 destilarias de óleo diesel entre as quais: a Refinaria Matarazzo em São Paulo e a Uruguaiana no Rio Grande do Sul.

Em 1935, o Conselho Federal de Comércio Exterior – CFCE, já alertava para a dependência da economia brasileira das companhias de petróleo estrangeiras. Em 1938 foi descoberto petróleo na Bahia e em virtude deste fato, foi criado o Conselho Nacional do Petróleo – CNP, dando os primeiros passos para o país administrar a política petrolífera, controlando o refino e a distribuição, com o objetivo de diminuir a dependência brasileira.

A partir de 1940 as controvérsias sobre como conduzir a política de petróleo se pronunciaram e foram levadas através do Governo do General Dutra, mas somente no 2º Governo de Vargas foram lançadas as bases definitivas para a política de petróleo no Brasil.

Na área de siderurgia o setor privado já havia constituído um incipiente mercado de empresas siderúrgicas, mas os militares continuavam a sonhar com a participação estatal na área, para sustentar um processo de industrialização mais acelerado.

Com o Acordo de Cooperação Militar assinado em 1942 com os Estados Unidos, o Brasil cedeu bases militares no Nordeste e se comprometeu com o fornecimento de minerais estratégicos para os Estados Unidos em troca de créditos para a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN e reestruturação da Estrada de Ferro Vitória – Minas necessária para a construção da Companhia Vale do Rio Doce, que seria responsável pela exploração e exportação de minérios.

A CSN que já havia sido criada em 1941, iniciou a construção da Usina de Volta Redonda, que em 1946 começou a produzir coque e em 1948 passou a funcionar com todo seu potencial. A CSN ficava localizada em Volta Redonda no Rio de Janeiro, nas proximidades do eixo Rio – São Paulo, o mais importante do país, servida pela Estrada de Ferro Central do Brasil e geograficamente equidistante de Minas Gerais que tinha o minério de ferro e de Santa Catarina que tinha o carvão.

Estava dado o primeiro passo para o grande crescimento da siderurgia no Brasil. A fim de contribuir com a formação de mão-de-obra especializada para o setor industrial, foi criado o Serviço Nacional da Indústria – SENAI, em 1942 e o Serviço Social da Indústria –

SESI, em 1943.

Na área de energia elétrica, o Governo teve início com a capacidade geradora do país muito abaixo da demanda da sociedade da época. A maior parte do país ainda utilizava os lampiões de querosene, a lenha e os geradores particulares para iluminar as residências e movimentar as indústrias.

Após 1930, quando a economia começou a crescer recuperando-se da crise, a oferta de energia encontrava-se estagnada, com racionamentos que prejudicavam qualquer desenvolvimento industrial. O Grupo Light, de origem canadense, que em 1899 se instalou em São Paulo, em 1905 no Rio de Janeiro e que em 1913 se estruturou na *Brazilian Traction, Light and Power Co.*, após 1920 se consolidou no eixo Rio – São Paulo.

Em 1927 outro grupo concessionário, a *American & Foreign Power Company* – AMFORP começou a se instalar no Brasil, adquirindo pequenas empresas do interior de São Paulo e depois de outras regiões do Nordeste, do Sudeste e do Sul do país. A *holding* concorrente da Light no Brasil estabeleceu-se com o nome de Empresas Elétricas Brasileiras – EEB, mas em 1941 passou a chamar-se Companhia Auxiliar de Empresas Elétrica Brasileiras – CAEEB, com sede no Rio de Janeiro.

Em 1934 foi criado o Código de Águas e a Constituição de 34 redefiniu o direito de propriedade e do uso de água e as relações entre o Governo e as concessionárias. O Ministro Juarez Távora responsável pela gestão da água e da eletricidade, em 1933, criou o Departamento Nacional de Produção Mineral com uma Diretoria das Águas à qual coube fiscalizar as concessionárias.

No entanto, na década de 30, as empresas estrangeiras pressionaram através da justiça para que continuassem implementando as medidas do setor e a falta de instituições nacionais fortes fez com que nenhuma ação fosse tomada. Em 1939 foi criado o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica – CNAEE ligado à Presidência da República. A partir de 1942 vários racionamentos fizeram com que o Governo sentisse a necessidade de intervir de forma mais efetiva no setor de energia elétrica.

Em 1943 foi criada uma comissão técnica especial para elaborar o Plano Nacional de Eletrificação, mas até o final do Governo Vargas não se avançou efetivamente na implantação de uma política energética, mas em 1945 foi criada a primeira empresa e energia elétrica brasileira, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF que ficou incumbida de construir e gerenciar a Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso, que foi a primeira usina de grande porte do país. O modelo elétrico brasileiro, no entanto, só foi de fato implementado com a volta de Getúlio ao poder em 1951, como Presidente eleito.

Em 1943 foi iniciada a construção da Fábrica Nacional de Motores, no Rio de Janeiro e foi também realizado o I Congresso Brasileiro de Economia, por iniciativa de Roberto Simonsen importante industrial paulista ligado à FIESP.

A trajetória das políticas industriais evidenciava as virtudes e constrangimentos do Governo no enfrentamento das dificuldades para instalar no país um complexo petrolífero, siderúrgico e elétrico, que seria a base sustentadora da era de desenvolvimento que se estendeu até a década de 1980. Estava, no entanto, criado o cenário para a industrialização do país e diminuição da dependência agrícola cafeeira.

O Sistema Financeiro Brasileiro

O setor bancário brasileiro teve sua estruturação apoiado em três bases:

- bancos estatais - representado pelo Banco do Brasil proveniente da época do Império e alguns bancos estaduais que começaram a se estruturar a partir de 1928;

- bancos privados – com caráter regional, mas que já começava a apresentar alguma solidez financeira, sendo os mais importantes: o Banco Comércio e Indústria de São Paulo e o Banco da Província do Rio Grande do Sul;
- bancos estrangeiros – representados pelos bancos britânicos que operavam no Rio de Janeiro desde 1923 e mais alguns franceses, portugueses, italianos e alemães. Estes bancos operavam com a exportação do café.

No Governo Vargas, o Banco do Brasil se firmou como o centro do sistema bancário, colocando-se no apoio e garantia do setor. Em 1932 foi criada a Caixa de Mobilização bancária que juntamente com a Carteira de Redesconto que já existia desde 1921, faziam com que ele atuasse como um banco comercial e também agência financeira do Governo, regulando o mercado bancário e financiando direta e indiretamente a produção rural e depois também a industrial.

Em 1939 foi criado o Instituto de Resseguros do Brasil – IRB, uma empresa mista, que passou a congregiar as atividades de resseguros brasileiros no exterior antes executado por companhias estrangeiras. O setor de seguros, assim como os bancos, foram devidamente regulamentados e consolidados no Governo de Getúlio.

Ao final do Estado Novo havia no Brasil 488 agências bancárias, os depósitos representavam 30% do PIB, tendo o Banco do Brasil, 35% do total dos depósitos e os 29 grandes bancos que se seguiam a ele detinham 42%.(3)

As agências reguladoras do setor financeiro estavam subordinadas ao Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização, no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, criado em 1934 com a política regulamentadora de Vargas, mas mostrou-se incapaz de formular regras e fiscalizar o setor e suas funções foram assumidas pelo IRB em 1939. Na área bancária a regulamentação ficava a cargo do Banco do Brasil.

Em 1931 o controle do câmbio passou a ser também do Banco do Brasil e em 1941 a Carteira de Exportação e Importação do Banco – CEXIM acrescentou a ele a regulação do comércio exterior. Em 1945 foi criada a Superintendência da Moeda e Crédito que passou a estabelecer a nova política monetária e de investimentos estrangeiros, dividindo este papel com o Banco do Brasil.

Com as mudanças no setor financeiro nacional surgiram novos atores sociais: ao lado do empresário financeiro fosse ele banqueiro, segurador, corretor de seguros, surgiu o gerente concursado das agências do Banco do Brasil e dos bancos estaduais.

A inflação corroeu de tal forma o papel-moeda no período da Guerra que foi insuficiente para suprir o meio circulante, este fato fez com que o Governo substituísse a moeda brasileira, o mil-réis, que vigorou desde os tempos do Império e quase metade do Século XX pelo Cruzeiro, que circulou entre 1 de novembro de 1942 a 12 de fevereiro de 1967.

Política Macroeconômica entre 1929 e 1945

O quadro: Exportações e Importações Brasileiras, 1933–1945 (em milhões de libras esterlinas), mostra que as importações foram mantidas num patamar reduzido entre 1933 e 1943 elevando-se a partir daí com a compra de equipamentos para a Companhias: Siderúrgica Nacional e Vale do Rio Doce, que estavam sendo construídas.

A flexibilização da política cambial, implementada desde 1934 em 1937 foi suspensa, devido a uma crise cambial, com o aumento das importações o saldo da balança comercial teve uma queda drástica. Em 1937, com o golpe do Estado Novo, Getúlio declarou moratória unilateral no serviço da dívida externa nos anos 1938 e 1939, o que agradou aos militares, os nacionalistas e até os integralistas, todos contrários ao

pagamento da dívida brasileira.

A suspensão do pagamento provocou protestos dos credores britânicos, mas os Estados Unidos não protestaram porque estavam interessados em cortar os vínculos comerciais entre o Brasil e a Alemanha.

Em 1939 uma missão brasileira chefiada por Osvaldo Aranha, Ministro das Relações Exteriores retomou negociações ligadas à dívida e à concessão de créditos do Eximbank ao Brasil para a siderurgia brasileira. Durante o período do Governo Vargas, ocorreu a diminuição da influência inglesa na economia nacional, sendo essa substituída pela presença crescente do capital norte-americano.

A década de 1940 representou um período mais ameno para o comércio externo do Brasil e neste momento os Estados Unidos passaram a ser o destino predominante dos produtos brasileiros.

Exportações e Importações Brasileiras, 1933-1945 (em milhões de libras esterlinas)

-----Ano-----	Exportações/ PIB (%)	Exportações/ FOB	Importações	Balança Comercial
1933	-	52,8	41,5	11,3
1934	-	58,0	41,9	16,1
1935	-	55,0	45,9	9,1
1936	-	64,5	46,7	17,8
1937	-	70,2	66,9	3,3
1938	-	60,3	60,2	0,1
1939	11,8	68,8	58,0	10,0
1940	10,0	65,2	62,1	3,1
1941	11,6	89,7	68,9	15,0
1942	11,4	100,0	58,1	35,1
1943	10,5	116,0	75,9	31,3
1944	9,9	143,0	108,4	32,5
1945	9,5	162,6	116,6	43,5

Fonte: Abreu, Marcelo P. 1990. "Crise, Crescimento e Modernização Autoritária, 1930-1945", in Abreu, Marcelo P. A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889-1989. Rio de Janeiro, Campus, pág. 149 e 370.

Análise Historiográfica da Economia na Era Vargas - Industrialização Restringida

Se existiu consenso entre os estudiosos da era Vargas no que toca à luta contra o regime oligárquico da República Velha, a unanimidade se esgota quando se trata de analisar: as medidas da política econômico-financeira do pós-30 e o binômio continuidade/ruptura.

Em relação à continuidade/ruptura fica claro que as mudanças ocorridas não devem ser subestimadas, porque o caráter eminentemente agrícola do país não se impôs como diretriz seguida pelos novos grupos dirigentes. A própria característica centralizadora do poder visava neutralizar as manifestações de regionalismo político, permitindo uma diversificação na distribuição de recursos do Estado.

Sonia Regina de Mendonça no livro: Estado e Economia do Brasil – Opções de

Desenvolvimento destaca e procura explicar que o caráter conservador da modernização em curso a partir da década de 30, foi muito mais de mudanças e não de continuidade. Ao mesmo tempo em que a valorização do café era feita pelo crédito interno, em lugar de financiamento estrangeiro, promovia-se uma conjuntura excepcional para o desenvolvimento da indústria brasileira.

Embora a ação econômica do Estado após 30 possa ser vista ainda como comprometida com setores tradicionais da economia, ela passou a ter uma orientação industrializante.

Ela destaca que a estrutura industrial brasileira no início dos anos 30 se resumia a um setor de bens de consumo correntes como: sapatos, tecidos e vestuário. A tarefa que se tinha pela frente era a de implantar um setor de bens de produção: indústria pesada, de máquinas, siderurgia, o desafio que se tinha era direcionar a acumulação em direção ao fortalecimento do polo urbano industrial, em meio a uma conjuntura recessiva. As economias centrais haviam sucumbido à crise de 1929 e desviavam seus recursos para suas próprias recuperações e depois veio o período da II Guerra. Não havia capital externo para estimular a industrialização, o dinheiro só começou a voltar com o Governo de Juscelino.

No Brasil, o setor agrário-exportador cafeeiro era o principal gerador de divisas-ouro necessárias à importação de equipamentos e insumos básicos, mas também sofria os efeitos da crise com a queda dos preços.

A urgência na implantação de um núcleo industrial enfrentava problemas graves de financiamentos e era preciso eleger alternativas internas para que ela fosse efetivada com os recursos disponíveis para a sua realização. A ação do Estado teve uma tríplice direção:

- a regulamentação dos fatores produtivos – as leis trabalhistas e a regulamentação da mão-de-obra, agia para que esta não fosse muito reivindicadora, fosse mais objeto e não sujeito e até o Salário Mínimo era fixado de forma a atender apenas às necessidades básicas do trabalhador. O Governo regulava os meios de produção e os preços, decidindo o que produzir, através de sobretaxas. O mercado brasileiro foi reservado para a produção nacional através de sobretaxas para a exportação;
- a redefinição do papel da agricultura – para que ela sustentasse a acumulação do capital;
- a sua transformação em investidor – fazendo do Estado o agente da industrialização, com seus investimentos em energia, siderurgia e estradas.

Com estas medidas se redefinia a intervenção estatal que transformava o núcleo urbano-industrial no polo dinâmico da economia, em meio ao quadro de insuficiência de recursos em que se vivia.

Uma vez que a agro-exportação continuava a desempenhar o papel mais importante na geração de divisas necessárias às importações do que se necessitava para aumentar o parque industrial, caberia ao estado definir a sua forma de atuação. Era necessário amparar e desestimular a produção enquanto o setor básico canalizava os recursos da economia.

Era uma situação ambígua, uma contradição necessária para o processo de industrialização, que apresentava como limite a sua dependência em relação ao setor agro-exportador para os financiamentos necessários às suas necessidades. A este processo Sonia Regina deu o nome de "industrialização restringida", para caracterizar o período que se estende de 1930 a 1955, quando a indústria superou a agricultura como fonte de acumulação de capital e ganhou autonomia.

O estado brasileiro apesar de preservar a lucratividade do setor cafeeiro também buscou impedir que ele voltasse a desempenhar o lugar de destaque que possuía na

República Velha. O Estado procurou transferir recursos da agricultura para a indústria, manipulando: o câmbio como fonte geradora de recursos para o setor industrial e também as taxas de juros, diferenciando as taxas de empréstimos destinados à agricultura ou à indústria, beneficiando o setor industrial.

A atuação estatal teve interferência também no setor agrícola que produzia gêneros alimentícios, agricultura de subsistência, que visava o mercado interno, para transformá-lo em auxiliar do processo de industrialização. Isto foi realizado com a expansão da fronteira agrícola para alcançar novos estados. A combinação de acesso a novas terras e a utilização de trabalhadores não assalariados, gerava um excedente temporário de bens como feijão, arroz, milho mais barato que contribuía para o rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho urbano, que influenciava na redução da folha de salário dos empresários industriais.

O camponês foi a classe que no Governo de Vargas não teve nenhuma proteção e era ela que trabalhava para plantar, era ela que carregava o peso do desenvolvimento.

O que permitiu ao Estado implantar um setor industrial de produção foi a Legislação Trabalhista e Sindical, porque ao substituir o mercado como formador do preço da força de trabalho, evitava a possibilidade de um confronto direto entre o capital e o trabalho. Ao estabelecer o Salário Mínimo em níveis biológicos eram reduzidos ao máximo os gastos dos empresários com a folha de pagamento.

O surto industrial ocorrido nesta fase propiciou uma transferência quantitativa e qualitativa expressivas na economia brasileira, embora a agricultura ainda conservasse um peso preponderante. Na indústria pode-se observar que a de base teve um crescimento expressivo enquanto que as tradicionais: têxteis, vestuário, calçados, alimentos e bebidas tiveram sua participação diminuída.

O nacionalismo passou a ser um projeto de Estado, cujo papel seria o de mobilizar cada vez mais amplos setores sociais no sentido de engajá-los na tarefa de solucionar os problemas da sociedade como um todo. De um lado estava o interesse dos ideólogos do Estado Novo e do outro a vertente autoritária dos interesses da burguesia. Apesar das divergências havia um ponto comum: a construção da Nação passava pelo controle da classe trabalhadora pelo Estado.

A questão social seria sublimada pela união da elite e das massas, que o estado estava incumbido de promover, organizando o povo em uma Nação.

Disponível em: <http://www.marcillio.com/rio/hiregeva.html>